

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

### 1. ATIVIDADE OPERACIONAL

A Banestes DTVM S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e tem por objetivo principal a realização de operações com intermediação de títulos e valores mobiliários, administração e gestão de fundos de investimento.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976) sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, contemplando ainda, as disposições contidas nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Desde o ano de 2008, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Entretanto, tais pronunciamentos só podem ser aplicados, após aprovados pelo Conselho Monetário Nacional. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN são: Resolução n.º 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01); Resolução n.º 3.604/2008 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03); Resolução n.º 3.750/2009 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); Resolução n.º 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10); Resolução 4.007/2011 - Políticas Contábeis - Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); Resolução n.º 3.973/2011 - Evento Subsequente (CPC 24), Resolução n.º 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25) e Resolução n.º 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Na elaboração das Demonstrações Financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração do valor de realização de certos ativos, provisões para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Ativos e Passivos

As operações ativas e passivas contratadas com encargos pré-fixados são contabilizadas pelo montante pactuado (principal e encargos), sendo que a contrapartida do montante dos encargos é registrada nas contas retificadoras de "rendas e despesas a apropriar".

#### b) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

#### c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos com base na taxa de remuneração contratada.

#### d) Investimentos

O investimento em sociedade controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial (nota 7). Os demais investimentos são avaliados pelo valor de aquisição e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

#### e) Tributos

Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda .....	15,00%
Adicional de Imposto de Renda .....	10,00%
Contribuição Social - Instituições Financeiras .....	15,00%
COFINS .....	4,00%
PIS .....	0,65%
ISS .....	5,00%

As alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 (artigos 36 e 37), que modificam o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo regime tributário de transição (RTT), sendo utilizadas para fins tributários, as normas vigentes em 31/12/2007.

**f) Valor de Recuperação de Ativos - Impairment**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens e créditos tributários, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 não existiram indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

**g) Estimativas Contábeis**

As Demonstrações Financeiras com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil permite que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas, incluem as provisões técnicas, o valor de realização dos ativos, as provisões para contingências, dentre outros. A Administração da Instituição revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. Entretanto, alguns valores efetivos dessas operações poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

**h) Evento Subsequente**

Ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes);
- os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, o valor de caixa e equivalentes de caixa é composto por:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
	<b>R\$ Mil</b>	<b>R\$ Mil</b>
Disponibilidades .....	15	15
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez .....	1.948	1.069
<b>Total</b> .....	<b>1.963</b>	<b>1.084</b>

**5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

Representadas por operações compromissadas com o Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo. As operações compromissadas estão lastreadas em títulos públicos federais (Letras Financeiras do Tesouro) com compromisso de recompra. As transações com o Controlador estão apresentadas na nota 15.

**6. OUTROS CRÉDITOS**

**a) Circulante - Negociação e Intermediação de Valores**

Na conta negociação e intermediação de valores estão registradas as operações efetuadas com clientes e corretoras, referentes a compra e venda de valores mobiliários, que foram liquidados até o dia 04/01/2013.

	2012	2011
	R\$ Mil	R\$ Mil
<b>Ativo:</b>		
Negociação e Intermediação de Valores Mobiliários Pendentes de Liquidação.....	578	897
<b>Total.....</b>	<b>578</b>	<b>897</b>

	2012	2011
	R\$ Mil	R\$ Mil
<b>Passivo:</b>		
Negociação e Intermediação de Valores Mobiliários Pendentes de Liquidação.....	2.257	1.631
<b>Total.....</b>	<b>2.257</b>	<b>1.631</b>

**b) Circulante - Diversos**

	2012	2011
	R\$ Mil	R\$ Mil
Adiantamentos e Antecipações Salariais .....	5	—
Devedores por Depósito em Garantia - Para Interposição de Recurso Fiscal .....	314	309
Impostos e Contribuições a Compensar.....	248	170
Pagamentos a Ressarcir.....	30	27
<b>Total.....</b>	<b>597</b>	<b>506</b>

**c) Realizável a Longo Prazo**

	2012	2011
	R\$ Mil	R\$ Mil
(1) Finsocial a Compensar .....	1.249	1.220
(2) PIS a Compensar .....	1.571	1.537
(3) Depósito Judicial CSLL-Aumento de Alíquota-6%.....	340	317
Outros.....	8	8
<b>Total.....</b>	<b>3.168</b>	<b>3.082</b>

(1) A Sociedade mantinha registrado crédito de finsocial no valor de R\$ 2.110 mil gerados em decorrência da majoração das alíquotas do finsocial (alíquotas superiores a 0,5%) promovida pelas Leis nº 7.787/1989 (art. 7º); nº 7.849/1989 (art. 1º) e nº 8.147/1990 (art. 1º). Este tema já está pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, quando declarou a inconstitucionalidade da cobrança para Empresas Comerciais, Mistas e Instituições Financeiras, e, declarou constitucional a exigência do Finsocial para empresas exclusivamente prestadoras de serviço. Com o encerramento de todos os prazos para interposição de recursos pelas partes no processo judicial, se tornou certo o crédito no valor de R\$ 1.183 mil, conforme planilhas elaboradas consoante a decisão judicial e normas vigentes. O saldo do ativo foi adequado ao valor devido em 31/12/2010. O pedido de habilitação do crédito junto à Receita Federal do Brasil já foi devidamente homologado em 2011.

(2) A Sociedade registrou contabilmente créditos oriundos do PIS com base na declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988 proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 1487452/RJ bem como com base na Resolução nº 49/1995 do Senado Federal.

Afastados os Decretos-Leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988 foi aplicada a Lei Complementar nº 7/1970 (instituidora do PIS) eis que, após o advento da Constituição Federal de 1988, ficou vedado o tratamento desigual entre empresas públicas e privadas. Esta ação transitou em julgado em 14/06/2007. Em 18/03/2008 foi deferido o pedido de habilitação do crédito junto à DEINF/RFB/RJ para o procedimento da compensação. Em consonância com a sentença que transitou em julgado, a Sociedade vinha procedendo à compensação. Todavia, considerando a proximidade do término do prazo de 5 (cinco) anos para compensação, suspendeu este procedimento e, em 12/06/2012, protocolou pedido de restituição do saldo junto à Receita Federal do Brasil.

- (3) Ação ajuizada objetivando decisão judicial que assegure a declaração incidental de inconstitucionalidade do artigo 17 da Medida Provisória nº 413/2008, convertida na Lei nº 11.727/2008, concernente à elevação de alíquota da CSLL para empresas dos setores financeiros e seguros de 9% para 15%.

## 7. INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA NO PAÍS

A Sociedade participa do capital social da Banestes Administradora, Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda..

Em 28/04/2011 a Banestes Administradora, Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., aumentou o capital social em R\$ 300 mil, com capitalização do saldo da conta de Reserva de Retenção de Lucros e Reserva de Incentivos Fiscais, sem alteração na participação dos quotistas e como consequência disto a Banestes DTVM S.A. passou a deter 5.699.829 quotas.

Principais dados relativos à sociedade controlada:

	2012	2011
	R\$ Mil	R\$ Mil
Capital Realizado Atualizado.....	6.500	5.700
Patrimônio Líquido .....	9.407	8.008
Percentual de Participação .....	99,997	99,997
Lucro Líquido do Exercício .....	2.199	1.782
Receita/Despesa da Equivalência Patrimonial .....	2.199	1.782
Juros sobre o Capital Próprio Disponibilizados.....	426	392
Recebimento de Lucros de Controlada .....	800	1.000
Valor Contábil do Investimento .....	9.407	8.008

## 8. IMOBILIZADO DE USO

Está registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, ambos corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, calculada pelo método linear com base na vida útil estimada, observando-se as seguintes taxas anuais: 10% para móveis e utensílios e sistemas de comunicação. O imobilizado está composto por:

	Saldo em 31/12/2011	Adições/ Depreciações no Período	Baixas no Período	Saldo em 31/12/2012
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
<b>Imobilizado de Uso</b>				
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>				
Instalações.....	—	6	—	6
Móveis e Equipamentos de Uso.....	21	71	(15)	77
(Depreciação Acumulada).....	(20)	(2)	—	(22)
Sistema de Processamento de Dados .....	47	2	—	49
(Depreciação Acumulada).....	(36)	(9)	—	(45)
Outros.....	117	—	—	117
(Depreciação Acumulada).....	(104)	(3)	—	(107)
<b>Total.....</b>	<b>25</b>	<b>65</b>	<b>(15)</b>	<b>75</b>

	Saldo em 31/12/2010	Adições/ Depreciações no Período	Baixas no Período	Saldo em 31/12/2011
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
<b>Imobilizado de Uso</b>				
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>				
Móveis e Equipamentos de Uso.....	32	–	(11)	21
(Depreciação Acumulada).....	(31)	–	11	(20)
Sistema de Processamento de Dados .....	47	–	–	47
(Depreciação Acumulada).....	(27)	(9)	–	(36)
Outros.....	117	–	–	117
(Depreciação Acumulada).....	(101)	(3)	–	(104)
<b>Total.....</b>	<b>37</b>	<b>(12)</b>	<b>–</b>	<b>25</b>

Conforme Resolução CMN nº 3.566/2008, o saldo do imobilizado está ajustado ao seu valor recuperável.

## 9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

### a) Circulante

	2012	2011
	R\$ Mil	R\$ Mil
Sociais e Estatutárias.....	497	191
(1) Fiscais e Previdenciárias .....	18	289
Negociação e Intermediação de Valores .....	2.257	1.631
(2) Diversas.....	430	409
<b>Total.....</b>	<b>3.202</b>	<b>2.520</b>

(1) Refere-se basicamente a outras provisões para riscos fiscais no montante de 278 mil (nota 11).

(2) Decorrem basicamente de provisões de despesas administrativas e honorários de pagamentos a advogados.

### b) Exigível a Longo Prazo

	2012	2011
	R\$ Mil	R\$ Mil
(1) Provisão CSLL-Aumento de Alíquota-6%.....	340	317
Outros.....	8	8
<b>Total.....</b>	<b>348</b>	<b>325</b>

(1) Provisão de Contribuição Social, ação ajuizada objetivando decisão judicial que assegure a declaração incidental de inconstitucionalidade do artigo 17 da Medida Provisória nº 413/2008, convertida na Lei nº 11.727/2008, concernente à elevação de alíquota da CSLL para empresas dos setores financeiros e seguros de 9% para 15%.

## 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

	2012	2012	2011	2011
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da Tributação e Participações .....	1.943	1.943	1.419	1.419
Adições/ (Exclusões) de Caráter Permanente .....	(2.455)	(2.469)	(1.805)	(1.822)
Adições/ (Exclusões) de Caráter Temporário .....	30	30	46	46
Lucro Tributável antes das Compensações .....	(482)	(496)	(340)	(357)
Base de Cálculo após Compensações .....	(482)	(496)	(340)	(357)

## b) Créditos Tributários

Foram apurados créditos tributários não constituídos no montante de R\$ 194 mil (R\$ 139 mil em 2011), dos quais R\$ 120 mil (R\$ 85 mil em 2011) referem-se a Imposto de Renda e R\$ 74 mil (R\$ 54 mil em 2011) a Contribuição Social. Tais créditos serão registrados somente quando da existência de efetivas perspectivas de realização decorrente de lucro tributável.

## 11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E RISCOS FISCAIS

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, onde o Sistema Financeiro Banestes discute judicialmente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações por órgãos fiscalizadores.

Em sua maior parte os processos fiscais são cobranças de tributos federais pela União Federal, representada pela Secretaria da Receita Federal, nos recolhimentos de CSLL e discussão judicial sobre o ISSQN cujo saldo e a movimentação é a seguinte:

	2012	2011
	R\$ Mil	R\$ Mil
<b>Natureza - Fiscal</b>		
<b>Saldo Inicial</b> .....	<b>589</b>	<b>543</b>
Constituições/Atualizações .....	29	46
Pagamentos/Reversões .....	(278)	—
<b>Saldo Atual</b> .....	<b>340</b>	<b>589</b>

Em julho de 2012 os processos relativos a ISS da Banestes DTVM que discutiam respectivamente os Autos de Infração 129/1999 e 755/1998, lavrados sob a alegação de existência de supostos débitos de ISS transitaram em julgado favoravelmente à Banestes DTVM e os valores provisionados foram revertidos.

Os advogados da Sociedade utilizam critérios de natureza das ações, atualização de cada ação e posicionamento de nossos tribunais onde as referidas ações são classificadas conforme a possibilidade de perda em: provável, possível e remota.

Assim, demonstramos a seguir as provisões contituídas para riscos fiscais e caso aplicável o respectivo depósito judicial:

	2012		2011	
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
<b>Natureza - Fiscal</b>	<b>Provisão</b>	<b>Depósito Judicial</b>	<b>Provisão</b>	<b>Depósito Judicial</b>
CSLL- Aumento de Alíquota-6%.....	340	340	317	317
Outros.....	—	—	272	—
<b>Total</b> .....	<b>340</b>	<b>340</b>	<b>589</b>	<b>317</b>

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está representado por 1.360.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais em 31/12/2012 (100%) e 31/12/2011 (99,8008%) pertencem ao BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo.

Foi deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07/11/2012, de acordo com a proposta da Diretoria, o aumento de Capital Social no valor de R\$ 1.000 mil, passando de R\$ 6.671 mil para R\$ 7.671 mil, sem emissão de novas ações, e com utilização do valor de R\$ 1.000 do saldo da Reserva Estatutária. Este aumento de Capital foi aprovado em 20/12/2012 pelo Banco Central do Brasil.

### b) Reserva Legal

Constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social.

### c) Reserva Estatutária

Constituída com a finalidade de aumento de capital sendo que, não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do capital social.

### d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

#### d.1) Dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos calculados com base no percentual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo n.º 202 da Lei n.º 6.404/1976, e estão demonstrados a seguir:

	2012	2011
	R\$ Mil	R\$ Mil
Lucro Líquido do Exercício .....	1.943	1.419
Reserva Legal .....	(98)	(71)
Base de Cálculo para os Dividendos (25%) .....	1.845	1.348
Dividendos Intermediário 1º semestre .....	155	147
Dividendos Obrigatórios Complementares .....	306	190
<b>Total de Dividendos .....</b>	<b>461</b>	<b>337</b>

#### d.2) Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2012 e 2011 não houve contabilização de juros sobre o capital próprio, devido ao prejuízo fiscal apresentado nos exercícios.

#### d.3) Política de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos do Exercício de 2012

O Conselho de Administração do Acionista Controlador - Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, em reunião extraordinária de 27/02/2012, aprovou a sistemática de pagamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos aos acionistas do BANESTES para o exercício de 2012 conforme discriminação abaixo:

- Os pagamentos de juros sobre o capital próprio serão mensais e terão como beneficiários os acionistas que estiverem inscritos nos registros da Sociedade no último dia útil de cada mês, sendo esse pagamento efetuado no primeiro dia útil do 2º mês subsequente à data de referência, com retenção de 15% do imposto de renda na fonte, exceto para os acionistas pessoas jurídicas que comprovarem sua condição de imunes ou isentos da referida tributação, ficando condicionada ao limite da dedutibilidade da TJLP de cada trimestre, conforme legislação em vigor e ao montante acumulado mensalmente do cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, previsto no Estatuto.
- Poderão ser pagos dividendos intermediários relativos ao semestre findo em 30/06/2012 “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária de 2013, deduzidos dos juros sobre o capital próprio, até 60 (sessenta) dias após serem declarados;
- Poderão ser pagos dividendos relativos ao exercício de 2012, deduzidos de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários, após realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras do exercício.

A Banestes DTVM S.A. acompanhando o acionista controlador adotou a mesma sistemática de distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos.

### 13. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS

	2012	2011
	R\$ Mil	R\$ Mil
Rendas de Distribuição de Fundo Mútuo de Privatização .....	143	185
(1) Rendas de Administração de Fundo e Clube de Investimento .....	112	120
Rendas de Corretagem - Pessoa Jurídica .....	40	61
<b>Subtotal - Prestação de Serviços .....</b>	<b>295</b>	<b>366</b>
Rendas de Corretagem - Pessoa Física .....	141	146
<b>Subtotal - Tarifas .....</b>	<b>141</b>	<b>146</b>
<b>Total .....</b>	<b>436</b>	<b>512</b>



- (1) A Sociedade é responsável pela administração do Fundo Banestes de Investimento em Ações e do Clube de Investimento dos Empregados do Sistema Banestes - Marlin Azul. O patrimônio líquido dessas instituições totalizavam em 31 de dezembro de 2012, R\$ 3.391 mil (R\$ 3.233 mil em 2011) e R\$ 1.114 mil (R\$ 1.113 mil em 2011).

#### 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

No exercício de 2012 e 2011 a sociedade não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

#### 15. SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

##### a) Transações da Banestes DTVM com o Controlador:

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram efetuadas transações com o Controlador em valores, prazos e condições usuais de mercado, podendo assim ser resumidas:

	2012	2011	2012	2011
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Disponibilidades .....	15	15	—	—
Aplicações em Operações Compromissadas .....	1.948	1.069	100	157
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos.....	(495)	(190)	—	—
Cessão de Pessoal pelo Controlador .....	—	—	(666)	(530)
Demais Transações.....	—	8	—	(70)

##### b) Remuneração dos Administradores:

Na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social.

Os honorários da Diretoria totalizam no exercício de 2012 o montante de R\$ 187 mil (R\$ 171 mil no exercício de 2011).

A Banestes DTVM não possui benefícios pós-emprego de plano de previdência complementar aberta destinados a Administradores, bem como não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

#### Outras informações:

##### I - As Instituições Financeiras não podem Conceder Empréstimos ou Adiantamentos:

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não é efetuado pela Banestes DTVM empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros da Diretoria e seus familiares.

##### II - Participação Acionária:

Os membros da Diretoria não possuíam participação acionária na Banestes DTVM.



## 16. GESTÃO DE RISCO

A Banestes DTVM estabelece diretrizes, atribuições e responsabilidades em seu processo de gerenciamento dos riscos, coibindo e mitigando a ocorrência de falhas nos processos operacionais que exponham a instituição a prejuízos diretos e indiretos. Considera importante adotar um plano de longo prazo que contemple processos de melhoria contínua para assegurar:

1. Níveis adequados de exposição a riscos globais;
2. Processo de gestão de riscos incorporado nos procedimentos e na cultura da Banestes DTVM;
3. A continuidade e solidez dos negócios no longo prazo;
4. Acompanhamento da evolução dos negócios considerando os níveis de riscos associados; e
5. Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos para toda a Instituição.

### Identificação de Riscos

Compreende a análise constante dos fluxos operacionais e procedimentos da instituição, visando a identificação de ocorrência de erros e falhas que estejam expondo a Banestes DTVM a riscos que serão apurados de acordo com a seguinte classificação:

**Risco de Crédito:** contempla as possibilidades de perdas decorrentes de falhas e/ou inadimplência da contraparte no cumprimento de uma obrigação contratada;

**Risco de Liquidez:** contempla as possibilidades de perda pela incapacidade da empresa saldar seus compromissos nos prazos acordados ou por sacrifícios decorrentes da transformação forçada de ativos em caixa para quitar uma obrigação;

**Risco de Mercado:** representa as possibilidades de perdas ocasionadas por movimentos adversos nos valores de mercado dos ativos e passivos, causadas por mudanças nas taxas de câmbio, de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto;

**Risco Legal:** agrupa as possibilidades de perda pelo fato de um contrato não poder ser legalmente amparado, criando a possibilidade de seu questionamento judicial. Os riscos legais incluem as exposições a quebra de conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis às atividades da empresa e as possibilidades de interpretações equivocadas dessas leis e regulamentos no âmbito fiscal, previdenciário e trabalhista;

**Risco de Imagem:** contempla as possibilidades de perdas causadas pela quebra da confiança de que a empresa desfruta no seu ambiente de atuação. Esta adversidade resulta da interpretação de notícias veiculadas na imprensa, atitudes e declarações dos representantes da empresa, bem como de eventos externos que possam afetar sua reputação;

**Risco Operacional:** contempla as possibilidades de perdas decorrentes de processos internos inadequados ou deficientes, erros, fraudes, falhas nas operações da empresa, ou sistemas, bem como de eventos externos que causem prejuízos às suas atividades normais ou danos aos seus ativos físicos;

**Risco de Terceirização:** agrupa as possibilidades de perdas decorrentes de falhas no provimento ou na qualidade dos serviços terceirizados.

## 17. FATO RELEVANTE

### Reorganização Societária

O Banco Central do Brasil aprovou, conforme publicado no Diário Oficial da União, n.º 78 de 23/04/2012, Seção 3, página 79, o processo de reorganização societária do BANESTES, envolvendo as seguintes condições:

- Incorporação das ações da Banestes Seguros S.A. e Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
- Grupamento de Ações do BANESTES; e
- Desdobramento Simultâneo da Totalidade das Ações do BANESTES.

Todos os atos societários tais como: Avisos aos Acionistas, Editais de Convocação, Atas das Assembleias Geral Extraordinárias e Fatos Relevantes sobre a Reorganização Societária estão divulgados/disponibilizados nos endereços eletrônicos [www.banestes.com.br/ri](http://www.banestes.com.br/ri), [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br).

<b>Ato Societário</b>	<b>Data</b>
Fato Relevante .....	12/08/2011
Aviso aos Acionistas .....	07/11/2011
Edital de Convocação de Assembleia .....	11/11/2011
Ata de Reunião da Assembleia Geral Extraordinária .....	30/11/2011
Edital de Convocação de Assembleia .....	19/12/2011
Comunicado ao Mercado .....	21/12/2011
Fato Relevante .....	02/01/2012
Ata de Reunião da Assembleia Geral Extraordinária .....	17/01/2012
Fato Relevante .....	17/01/2012
Comunicado ao Mercado .....	23/04/2012
Aviso aos Acionistas .....	19/06/2012
Aviso aos Acionistas .....	19/07/2012
Aviso aos Acionistas .....	27/08/2012
Aviso aos Acionistas .....	08/11/2012
Aviso aos Acionistas .....	14/11/2012

## **18. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A diretoria da Banestes DTVM autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras em 25 de fevereiro de 2013, as quais consideram os eventos subseqüentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas demonstrações.

### **DIRETORIA**

José Márcio Soares de Barros (Diretor Presidente)

Ranieri Feres Doellinger

Anderson Ferrari Júnior

### **CONTADORA**

Katya Elvira Paste

CRC - ES 9.179